

UMA DOR SEM NOME: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ENLUTADOS POR SUICÍDIO

Thaís Aparecida Moreira Raimundo¹, orcid 0000-0001-5500-6926

Paulo Vitor Palma Navasconi², orcid: 0000-0002-6330-5835

RESUMO

A morte decorrente do suicídio apresenta uma repercussão muito grande na dinâmica do contexto familiar, envolvendo, além do sentimento de tristeza e dor da perda, a culpa, negação, vergonha, vulnerabilidade, entre outros. Muitas vezes, tais sentimentos repercutem negativamente na saúde mental dos enlutados, tornando-se fator de risco para o desenvolvimento de patologias psíquicas e odesencadeamento de novos suicídios. Sob este enfoque, este trabalho teve como objetivo evidenciar os aspectos elencados na literatura na área da Psicologia no que se refere às abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes que vivenciam o fenômeno do luto em decorrência de suicídio. Para tanto, foi adotada uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza básica, modalidade descritiva e explicativa, cujos procedimentos consistiram em pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Como resultado, foram apresentadas as especificidades de dez materiais pertinentes da área, os quais convergem para a conclusão da importância do apoio, acolhimento e adoção de políticas públicas voltadas aos sobreviventes enlutados por decorrência do suicídio.

Palavras-chave: Morte; Luto, Suicídio; Psicologia; Sobreviventes.

¹ Psicóloga, formada pela Unifatecie

² Docente da Universidade Estadual de Maringá

ABSTRACT

Death resulting from suicide has a great impact on the dynamics of the family context, involving, in addition to the feeling of sadness and pain of loss, guilt, denial, shame, vulnerability, among others. Often, these feelings have a negative impact on the mental health of the bereaved, becoming a risk factor for the development of psychic pathologies and the triggering of new suicides. Under this focus, this study aimed to highlight the aspects listed in the literature in the field of Psychology with regard to welcoming approaches and / or public care policies for survivors who experience the phenomenon of mourning as a result of suicide. For that, a qualitative research, basic nature, descriptive and explanatory modality was adopted, whose procedures consisted of bibliographic and documentary research. As a result, the specificities of ten relevant materials in the area were presented, which converge to the conclusion of the importance of support, reception and adoption of public policies aimed at bereaved survivors as a result of suicide.

Keywords: Death; Mourning, Suicide; Psychology; Survivors.

INTRODUÇÃO

O suicídio, independentemente de sua ocorrência entre jovens, adolescentes, adultos ou idosos, desencadeia e envolve uma série de sentimentos para aqueles que continuam vivos: espanto, incredulidade, dor, culpa, vergonha, raiva, aversão, etc. A família na maioria das vezes acaba por sofrer, sentindo-se sozinha e com medos de olhares e julgamentos externos. Em situações em que um indivíduo acaba se suicidando, as pessoas, em choque, tendem a se questionarem e a refletir sobre o valor da vida, como, por exemplo: “O que levaria uma pessoa tirar a sua própria vida?”. Se o indivíduo for um adolescente ou jovem, não é raro ouvir a seguinte expressão: “Mas por quê? Era tão jovem, tinha uma vida pela frente”.

Claro que estas são meras representações, no entanto, é preciso dizer que estas e outras reações perante a atos de suicídio, geralmente faz emergir na consciência humana a finitude humana, bem como à questão da morte, refletindo sobre ela e chegando ao

entendimento de que somos seres impotentes perante a ela, seja no que se refere à nossas próprias vidas ou de pessoas de nosso convívio e vínculo afetivo.

Diante deste ponto, passa a ser possível afirmar que não há isenção ou neutralidade da sociedade no que concerne a opiniões frente ao tema suicídio, visto que para tomar partido de pensamento, reflexão ou julgamento, alguns se baseiam em preceitos religiosos, outros em experiências próprias e/ou alheias, todavia, de alguma forma, direta ou indiretamente, com maior ou menor intensidade, este é um tema que acaba por envolver a todos e todas.

Nesta perspectiva, este se torna um assunto de ainda mais importância devido ao seu grande impacto social, tanto quando nos referimos a dados numéricos, mas também quando falamos das relações a níveis interpessoais, haja vista que todos e todas, muitas vezes, são afetados e afetadas diretamente ou indiretamente por tal ato. O suicídio está entre as dez principais causas de morte no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Há registros de suicídio a partir dos cinco anos de idade, e isso é altamente impactante, pois nos leva a refletir no fato de uma criança ter visto no suicídio uma forma de acabar com seu sofrimento. Além disso, o suicídio é a segunda causa de morte globalmente entre os jovens de idade entre 15 a 29 anos (OMS, 2014).

Ainda, a proporção global do suicídio, uma vez que a cada 40 segundos uma pessoa morre por suicídio no mundo. Dessa forma, costuma-se ter entre 5 a 10 sobreviventes enlutados a cada vítima, ou seja, a cada suicídio estima-se que até 10 pessoas serão afetadas significativamente por este ato, e a estas pessoas a literatura especializada nomeia por sobreviventes.

Os sobreviventes sofrem grandes impactos psicológicos, emocionais e sociais, logo, o tema passa a ser cabível de reflexão para ações voltadas para esse fenômeno, sobretudo no que se refere à necessidade de produção de espaços de escuta e acolhimento. É preciso evidenciar que o suicídio é um ato que acompanha a história da humanidade, devendo-se levar em conta a necessidade de maior atenção em relação aos traumas e consequências causadas pelo suicídio aos sobreviventes com vistas que medidas efetivas possam amparar esta causa em suas variadas facetas.

Sob este enfoque que o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso consiste em *compreender como a Psicologia entende e descreve o processo de luto frente ao fenômeno do suicídio*, bem como evidenciar os aspectos elencados na literatura na área

da Psicologia no que se refere às abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes que vivenciam o fenômeno do luto em decorrência de suicídio.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SUICÍDIO

O termo suicídio pode ser definido como o ato ou efeito de suicidar-se, isto é, matar-se ou acabar com a própria vida de forma intencional, isto é, o suicídio pode ser considerado um ato iniciado e executado deliberadamente por uma pessoa que tem a clara noção de que dele se resulte a morte (OMS, 2002).

De acordo com Sebastião (2017), o suicídio é percebido em um processo contínuo, ao qual ele denomina continuum, uma vez que, nesse processo, pode-se afirmar que é composto pelos planos suicidas, pela ideação suicida, a tentativa e, por fim, o ato consumado. Para o autor, a ideação é caracterizada pelos pensamentos, cognições e desejos de tirar a própria vida; esses fatores culminam na intenção de provocar a própria morte e que se, por ventura, se intenção juntamente com o empenho em efetivar o ato não resultar na morte como esperado, este processo passa a ser denominado tentativa de suicídio; contudo, se tal ação, de fato, culminar com o fim da vida do sujeito, efetivado por si próprio, a ação passa a ser considerada suicídio.

Em outras palavras, a tentativa de suicídio, por sua vez, é um comportamento não fatal, auto infligido, potencialmente danoso tendo, como resultado, a intenção de morrer, podendo resultar ou não em um ferimento (OSMARIN, 2015). No que tange, ainda sobre as tentativas de suicídio e sua prática efetiva é possível afirmar que envolvem sempre uma grande dose de sofrimento, angústia e desespero para o sujeito que possui tal intenção.

Esta dor da alma pode ser real ou ser a consequência de uma crise de natureza afetiva, de uma conturbação mental, como, por exemplo, a psicose no seu grau mais agudo, ou de uma depressão com sintomas delirantes. Se estes estados alterados da mente vêm acompanhados do consumo de drogas e de álcool, a ação é potencializada significativamente, o que torna a atitude suicida praticamente inevitável (SANTANA, [s.d], p. 1).

De acordo com Osmarin (2015), o suicídio consiste em um fenômeno multicausal, isto é, que possui inúmeras possíveis causas, das quais podem envolver fatores psicológicos, ambientais, culturais, biológicos e políticos, por exemplo, que se relacionam na vida dos indivíduos. Assim, geralmente o suicídio passa a ser em dado momento, para a pessoa que acaba tirando a própria vida, a única solução para colocar

um fim nesses sentimentos que promovem uma dor que muitas vezes é das raias do insuportável. Os sentimentos que podem acarretar a intencionalidade de suicídio geralmente estão atrelados à dores emocionais, como certos tipos de angústia e aflição decorrentes de muitos motivos. Alguns deles podem ser por pressões do mundo e da sociedade em situações cotidianas da vida, como por exemplo relacionadas aos estudos, trabalho, finanças, relacionamentos; ou mesmo por transtornos psicológicos sem causas definidas, como a depressão e ansiedade.

Por outro enfoque, o suicídio é considerado por Osmarin (2015) como um fenômeno paradoxal, por envolver e desafiar, ao mesmo tempo, diversas áreas do conhecimento, tais como a psiquiatria, a psicologia, o direito, a filosofia e, inclusive, a religião e os conhecimentos de senso comum e seus encadeamentos (SCHLOSSER; ROSA; MORE, 2014 apud. OSMARIN, 2015).

Da mesma forma, Werlang, Borges e Fensterseifer (2005) destacam que o suicídio é um fenômeno complexo e universal que atinge todas as culturas, independentemente de sua classe ou idade, possuindo causas multivariadas que podem envolver “elementos biológicos, genéticos, sociais, psicológicos, culturais e ambientais relacionados à vida pessoal e coletiva” (p. 259).

No que concerne à temática, Berenchtein Netto (2007, p. 9-10) ressalta aspectos que deve ser observado no que se refere ao fenômeno do suicídio, de modo que o primeiro diz respeito à concepção histórica do suicídio, uma vez que o fenômeno apresenta estrita relação com os significados atribuídos à vida e à morte em cada momento histórico, “sendo que esses significados estão relacionados com a concepção de homem e de mundo vigentes em tais sociedades”.

Um segundo aspecto atrelado ao suicídio, segundo Berenchtein Netto (2007), consiste na relação entre o desenvolvimento tecnológico, por exemplo, uma vez que, cada vez mais, criam-se instrumentos e técnicas mais avançadas que permitem sujeitos tirarem sua própria vida intencionalmente e com mais facilidade, de modo que se possa obter maior eficácia e menos sofrimento em relação ao ato.

Ainda segundo Berenchtein Netto (2007), um terceiro aspecto está relacionado com a consciência que o sujeito possui de si mesmo e do outro. Isso pois, o ato que acarreta no suicídio, ou seja, no atentado contra a própria vida, emerge da própria consciência, fenômeno característico da humanidade, diferindo-a dos animais. Nesse

sentido, a consciência humana é que cria conflitos internos, ou mesmo a necessidade de reprimir tais conflitos, mediante à consciência de si em relação ao outro e sociedade.

Sendo assim, é possível afirmar o suicídio como um fenômeno que está presente em todas as sociedades desde a ancestralidade, envolvendo processos históricos, sociais e culturais, sendo produto das variadas vertentes da sociedade. Deste modo, cabe a necessidade de um olhar histórico e contextualizado acerca do fenômeno, sobretudo nos contextos que permeiam a atualidade, visando conceituações, relações e atribuições coerentes acerca do suicídio.

No entanto, tendo em vista que, conforme já mencionado, o suicídio é um comportamento resultante de interação complexa entre fatores psicológicos, biológicos, culturais, genéticos, raciais, étnicos, de gênero e socioambientais, este não pode ser considerado de forma reducionista e/ou como uma eventualidade, como se fosse meramente uma consequência de determinado acontecimento na vida do sujeito.

Ao contrário, é preciso conceber o suicídio como um fenômeno que advém de variados fatores acumulados ao longo da história do indivíduo, que, ao ocorrerem em série e em determinada frequência, constituem a fatal culminância de um processo complexo (ABP, 2014).

Ainda, de acordo com Werlang (2013), é preciso reconhecer que, muitas vezes, o sujeito com intenções suicidas não deseja realmente a morte, mas busca diminuir ou cessar quaisquer tipos de dor ou sofrimento, o que acarreta na busca por um método que o leva à morte. Nesse sentido, para compreender o ato de suicídio, é necessário, a princípio, buscar compreender o sofrimento e suas possíveis causas, atrelando essa busca a ações que direcionem para a resolução deste problema de ordem social.

O tema suicídio, portanto, tem grande importância devido ao seu impacto social e, no que concerne aos números sobre suicídio, cabe pontuar que as estatísticas variam ao serem considerados fatores como: localização geográfica, sexo, raça, etnia, classe social e faixas etárias, por exemplo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014), as taxas de suicídio no Brasil entre 1980 e 2006 passaram a aumentar, contabilizando de 4,4 a cada 100.000 habitantes em 1980 para 5,8 em 2006. No ano de 2016 (dez anos depois), o Brasil contabilizou 13.467 casos de suicídio. Destes, 10.203 (a grande maioria) eram homens. Em nível mundial, a tendência se repete: a taxa média de suicídios foi de 10,6 no ano de 2016, de modo que a taxa de homens que tiram a própria

vida é de 13,7 a cada 100.000 habitantes, defronte 7,5 por 100.000 habitantes em relação às mulheres (OMS, 2014).

No Brasil, as variações regionais também são expressivas, e em algumas localidades, como o interior do Rio Grande do Sul, os índices chegam a se assemelhar aos dos países do Leste Europeu (OMS, 2014). Entre os anos de 1996 e 2017, de acordo com Figueiredo Filho (2019), a média de mortes decorrentes do suicídio no Brasil na proporção de 100.000 habitantes, foi evidenciada em estados como Rio Grande do Sul (10,27), Santa Catarina (8,21) e Mato Grosso do Sul (7,93) apresentam as maiores taxas históricas de suicídios. Em contrapartida, observa-se os menores índices nos estados do Pará (2,58), Bahia (2,44) e Maranhão (2,43). Assim, a região Sul do país é considerada a mais afetada pelo suicídio, enquanto as regiões Norte e Nordeste possuem um índice mais brando.

Em relação a esse dado cabe a seguinte reflexão: será que os números e índices de suicídio são menores na região norte e nordeste? Como se dá o processo de notificação e tabulação dos dados? Não teremos respostas no momento, contudo, é de suma importância pontuarmos que ainda hoje existe inúmeras resistências e dificuldades no que se refere a notificação dos dados sobre suicídio exitoso, bem como a não notificação das tentativas e dos suicídios consumados.

Para Cicogna, Hillesheim e Hallal (2019) o suicídio é mais incomum antes dos 15 anos de idade, contudo, há um aumento de sua prevalência durante a adolescência. Ademais, de acordo com dados do Ministério da Saúde, divulgados no ano de 2018, idosos com mais de 70 anos têm sido evidenciados com uma alta taxa de suicídio, nos últimos seis anos. Para essa faixa etária, registrou-se uma média cujo índice corresponde a 8,9 mortes, considerando-se a proporção de 100 mil habitantes (BRASIL, 2017). Nesta perspectiva, é importante perceber o suicídio também em suas implicações sobre a vida de outros sujeitos, visando compreender os sentimentos e outros fenômenos relacionados ao luto em decorrência deste tipo de morte. A partir deste estudo e reflexão acerca das implicações do suicídio na vida dos enlutados, torna-se possível investir na diminuição do sofrimento dessas pessoas, mediante a apoio psicológico aos sobreviventes (ROCHA; LIMA, 2019).

O PROCESSO DO LUTO E SUAS IMPLICAÇÕES EM DECORRÊNCIA DO SUICÍDIO

A concepção de luto, de acordo com Cavalcanti, Samczuk e Bonfin (2013, p. 87) é caracterizada “como uma perda de um elo significativo entre uma pessoa e seu objeto, portanto, um fenômeno mental natural e constante no processo de desenvolvimento humano”. Em outras palavras, pode-se afirmar que o luto é o processo emocional e sentimental, marcado pela ausência e vazio causado por uma perda, seja ela objetiva, material, simbólica ou real. Contudo, apesar de ter causas variadas, geralmente, o luto é associado à perda de uma pessoa que morreu.

Às pessoas que vivem esse processo de luto, sejam elas colegas, amigos ou familiares, são denominadas "sobrevivente". Porém, é válido destacar que o impacto de ser sobrevivente e passar pelo processo de luto tem sido mais extensamente tratado no contexto das famílias (TAVARES, 2013). Além disso, pode-se afirmar que os sobreviventes envolvidos nesse processo são chamados assim porque têm suas vidas marcadas por um evento externo muito doloroso de perda, e que, de certo modo, tem sua vida irremediavelmente marcada e, muitas vezes, amplamente transformada (TAVARES, 2013).

O processo de luto apesar de ser um fenômeno universal, isto é, que em algum momento se efetivará na vida todos e todas, também possui suas singularidades de acordo com a individualidade dos sobreviventes. Em outras palavras, o processo do luto não consiste em fenômeno comum e igual em todos os sentidos para todos os sujeitos, pois cada pessoa a partir das suas vivências, personalidade e concepções individuais, terá a sua capacidade própria de interpretar e viver esse momento de vazio e dor. Por isto é não é possível universalizarmos e padronizarmos as vivências do luto, pois cada um irá reagir de uma forma a partir de suas vivências e experiências.

De acordo com Brandão (2018), a forma de expressão do luto também varia de pessoa para pessoa, e pode se fazer por manifestações físicas, como o choro, ou por manifestações emocionais, como no caso de sentimentos como a tristeza, raiva ou mesmo o desencadeamento de sintomas de ansiedade. Além disso, o autor salienta que também há quem se manifeste de maneira silenciosa, não havendo um estereótipo ou regra a ser seguida para que o processo de luto e sua superação se manifeste.

Segundo Fernandes (2020), o processo de luto pode ser classificado de diferentes formas. A primeira delas, e mais comum, consiste no que é denominado “luto normal”, que se configura como o processo pelo qual o indivíduo é capaz de compreender e aceitar

a perda, adaptando-se à condição de viver sem aquela pessoa, apesar de que ainda se manifestem sentimento de tristeza, choro, saudade e lembranças ainda presentes. Ademais, ainda de acordo com Fernandes (2020), o processo de luto está muito ligado à forma como a perda aconteceu, caracterizando outras formas de luto. O “luto antecipatório”, por exemplo, é um tipo caracterizado pelo sofrimento antecipado do processo de perda, de modo que “se inicia com o diagnóstico de uma doença crônica sem prognóstico de cura. “E essa situação pode ser um condutor da vivência do luto após a morte, de modo que, nesse tipo de luto, a pessoa vivencia a dor antecipadamente sem que a perda tenha ocorrido efetivamente” (FERNANDES, 2020, p. 1)

Outro tipo de luto corresponde ao “luto coletivo”, que de acordo com Fernandes (2020, p. 1) é caracterizado pela ocorrência de “tragédias, catástrofes naturais e ou humanas abalando completamente a sociedade”, como é o caso que estamos vivenciando na atualidade com a pandemia da Covid-19, obrigando-nos a construção de novos significados e relações consigo e com o outro.

Após um suicídio, as implicações na vida de outros sujeitos, ou seja, o processo de luto das pessoas sobreviventes, pode ser diferente e mais intenso. Para Fernandes (2020), o luto por suicídio pode se enquadrar no tipo de “luto traumático”, que está relacionado a uma morte inesperada e violenta, o que ocorre, por exemplo, em casos de acidente, suicídio ou homicídio.

O luto traumático, geralmente se constitui de um processo mais devastador, pois geralmente as despedidas e possíveis ajustes na relação não foram permitidos. Por isso, os enlutados por suicídio passam por níveis mais elevados do luto, que incluem sentimentos intensos de rejeição, abandono, raiva, vergonha e até mesmo responsabilidade ou sentimento de culpa, levando-o a uma busca incessante e cruel por uma explicação (FERNANDES, 2020).

Devido a essas considerações, o caso do luto decorrente por suicídio pode ser considerado um tipo de “luto anormal” ou “luto complicado”. Esse tipo de processo de expressão e sentimento de luto, segundo Fernandes (2020), se caracteriza por uma desorganização prolongada da vida do enlutado, impedindo-o de retomar suas atividades com alguma qualidade.

O suicídio marca uma multiplicidade de pensamentos e sentimentos singulares, como a aceitação da decisão da vítima de se matar. Em vários relatos a dificuldade em entender o porquê do suicídio foi averiguada. Esse processo abre uma lacuna no pensamento, pois apenas hipóteses poderão ser levantadas,

o que, geralmente, faz com que os sobreviventes fiquem reexaminando os fatos. Mesmo quando cartas são deixadas, explicando os motivos do suicídio, elas quase sempre não irão responder as dúvidas e anseios dos que ficaram. (MIRANDA, 2014, p. 98)

Tavares (2013) corrobora com as concepções supracitadas acerca do processo de luto decorrente do suicídio, afirmando que os sobreviventes sentem as emoções de forma muito forte, tais como medo, culpa, raiva, tristeza, ansiedade, vergonha e saudade, mas que, além desses sentimentos correspondentes a um “luto normal”, os eles ainda vivenciam outras situações e sofrimentos decorrentes dessas emoções intensas, como:

A negação, depressão, isolamento, não aceitação daquela ausência, problemas de ajustamento, dificuldade de estabelecer novas relações, sensação de desamparo, queda de produtividade, desenvolvimento de transtornos mentais, aumento do uso de drogas ou álcool e desinvestimento em sua própria vida (TAVARES, 2013, p. 48-49).

De acordo com Horowitz (1980) apud. Manfrinato (2011), no Manual de Diagnósticas e Estatísticas da Associação Americana de Psiquiatria (DSM), na sua 3º edição se elenca os aspectos do luto anormal (ou luto complicado), ou seja, aquele em que suas reações fogem do esperado, o qual é definido como:

A intensificação do luto até o ponto no qual a pessoa se sente sobrecarregada, recorre ao comportamento mal adaptado ou permanece interminavelmente num estado de luto sem progressão do processo em direção a seu término. Ele envolve processos que não evoluem progressivamente em direção à assimilação ou acomodação, mas, ao invés disso, levam a repetições estereotipadas ou extensas interrupções do restabelecimento (HOROWITZ, 1980, p. 1157 apud. MANFRINATO, 2011, p. 12).

Após o ato do suicídio por uma pessoa próxima, os sobreviventes se sentem incapazes, se perguntam como não conseguiram observar quaisquer mudanças de comportamento do falecido, mas vale lembrar que, muitas vezes, os sinais são discretos e ocorrem de forma gradual no comportamento do indivíduo, podendo ser também silenciosos. Assim, as pessoas que perdem um ente querido, sobretudo da família, precisam ressignificar suas vidas e estabelecer um novo equilíbrio a partir da perda (FRANCO, 2011).

Martins e Leão (2010) apontam que o suicídio de uma pessoa próxima, muitas vezes pode gerar sentimentos de responsabilidade nos sobreviventes, atrelados à sensação de culpa cabível de autopunição. Ademais, esses sentimentos podem desencadear uma sequência de novos suicídios por parte dos sobreviventes, e isso é corroborado no pensamento como uma forma de unir-se à pessoa amada ou de punição por sentir-se culpado por essa morte. Contudo, vale lembrar que, independentemente da causalidade

da morte, o luto não será igual para todas as pessoas afetadas pelo ato, cada indivíduo vai vivenciar de uma maneira diferente, de acordo com suas vivências, essências, personalidade, etc. Enquanto alguns gostam de conversar de expor a dor como parte de um processo de cura, outros concebem o sofrimento pelo luto como algo intrínseco ao sujeito, pessoal, individual e intransferível, que preferem guardar esses sentimentos para eles mesmos, talvez até mesmo por receio de julgamentos.

Neste sentido, entende-se que seja de suma importância compreendermos o fenômeno do luto por suicídio, posto que ele, em algum momento, de forma direta, indireta, em maior ou menor intensidade, perpassa pela vida todos e todas, causando consequências individuais e coletivas. Logo, concordamos com Rocha e Lima (2019) ao afirmarem que se torna fundamental que a Psicologia compreenda o fenômeno tão complexo e humano que é o luto decorrente do suicídio, bem como refletir e construir práticas de intervenções que discorram acerca da especificidade da vivência e elaboração do luto dos familiares sobreviventes ao suicídio. Trata-se, portanto, de além compreender a importância do tema, da necessidade de lutarmos para implementação de políticas públicas que visam a escuta, acolhimento e apoio aos sobreviventes, para ajudar aos mesmos a superarem este momento tão difícil em suas vidas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho teve vistas a ser desenvolvido como um requisito parcial para a conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná – UniFatecie, concebido no polo de Paranaíba-PR. O percurso metodológico desenvolvido neste artigo, permeou a busca em atender o objetivo central do trabalho, que consistiu em evidenciar os aspectos elencados na literatura na área da Psicologia no que se refere às abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes que vivenciam o fenômeno do luto em decorrência de suicídio.

Para tanto, anteriormente à execução deste trabalho, foi elaborado inicialmente um projeto de pesquisa em proposta ao orientador, no qual foi definida a possível temática, objetivo e metodologia a ser desenvolvida. Para a aquisição de conhecimentos prévios e elaboração do projeto de pesquisa, foram utilizados materiais como artigos científicos, livros, bem como cartilha Suicídio e os Desafios para a Psicologia do Conselho Federal de Psicologia.

Após leituras e discussões com o orientador, norteamos a proposta do artigo do Trabalho de Conclusão de Curso, sob o viés de uma metodologia pautada em natureza básica, modalidade descritiva e explicativa, cujos procedimentos consistiram de caráter bibliográfico e documental, caracterizando-se como uma abordagem qualitativa.

A pesquisa de natureza básica, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), visa gerar conhecimentos que sejam úteis para a Ciência, contudo, sem aplicação prática prevista para a conclusão do estudo, ao contrário da pesquisa de natureza aplicada. Em outras palavras, a pesquisa básica utiliza de determinado conhecimento para a geração de um novo conhecimento, com o objetivo de aumentar ou viabilizar o conhecimento sobre determinado assunto, sem uma finalidade prática. Contudo, estudos dessa natureza podem ser utilizados com vistas a contribuir em outros estudos, pesquisas ou eventos que visem a aplicabilidade, na prática, como, por exemplo, fundamentação e abordagens para a Psicologia Clínica.

A pesquisa de modalidade descritiva, de acordo com Prodanov e Freitas (2013) visa registrar, descrever, analisar e/ou ordenar dados de fatos acerca de um fenômeno ou uma população ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sem manipulá-los. Sob o mesmo enfoque e de maneira complementar, de acordo com Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, consistindo em modalidades complementares, uma vez que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado, muitas vezes com base em uma explicação.

A pesquisa bibliográfica utilizada como procedimento de pesquisa consiste em um estudo realizado a partir do levantamento teórico de materiais já elaborados, analisados e publicados em meios como livros, artigos/periódicos científicos e páginas de websites, por exemplo, no qual o objetivo consiste em “recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

De forma muito similar à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental como procedimento de pesquisa tem como diferença básica apenas a natureza das fontes. Segundo Gil (2008), enquanto a pesquisa bibliográfica inclui contribuições publicadas de diversos autores sobre determinado assunto, a documental engloba materiais que, possivelmente, ainda não receberam um tratamento analítico, que podem ser reelaborados

de acordo com os objetivos de uma pesquisa ou que consistem em documentos oficiais de determinado órgão, entidade ou instituição. Para Fonseca (2002), instrumentos que podem ser considerados pertinentes à pesquisa documental consistem em tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, aplicativos, mídias digitais, etc.

A abordagem qualitativa, por sua vez, abordagem na qual engloba os aspectos metodológicos supracitados, trabalha os dados buscando aprofundamento em sua compreensão, tendo como base a percepção do fenômeno dentro de seu contexto, sem se preocupar com representação numérica. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam, por vezes, exprimir o que convém ser feito, de modo que o objetivo da pesquisa é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, sendo passíveis de produzir novas informações ou aplicações (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)

Nesse sentido, os procedimentos bibliográficos e documentais definidos na pesquisa encontram-se atrelados à modalidade descritiva, compondo a fundamentação necessária para o desenvolvimento do trabalho, sua estruturação teórica e apresentação dos resultados, bem como à modalidade explicativa, apresentada como aprofundamento dos aspectos descritivos do fenômeno.

Com vistas a efetivar os procedimentos da pesquisa, foram definidos os critérios para a constituição dos dados, em consonância com o objetivo do artigo de evidenciar os aspectos elencados na literatura na área da Psicologia no que se refere às abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes que vivenciam o fenômeno do luto em decorrência de suicídio.

Tais critérios constituíram-se, inicialmente, na determinação da base de dados científicos na qual os materiais bibliográficos foram buscados, que consistiu na Plataforma Google Scholar (Google Acadêmico). Ademais, para a seleção dos materiais com vistas à constituição dos dados bibliográficos, no que concerne aos critérios de amplitude e abrangência da pesquisa, foi definido um montante de dez materiais (incluindo bibliográficos e documentais) escritos em língua portuguesa, distribuídos nas primeiras páginas de busca da plataforma Google Scholar, que se incluíssem e adequassem aos critérios individuais acerca do conteúdo presente nas obras.

A natureza destes materiais foi definida como abrangência multivariada, podendo englobar artigos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, entre outros, a depender de sua adequabilidade ao objetivo deste estudo. Dentre estes dez materiais foram definidos a inclusão, a priori, do documento referente à cartilha do Conselho Federal de Psicologia acerca do Suicídio e os desafios da Psicologia.

Como critérios de seleção mediante à origem dos materiais bibliográficos, foi estabelecido que os artigos científicos estivessem publicados em periódicos (diversos) qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e/ou indexados em plataformas como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (*PePSIC*), entre outras bibliotecas de relevância nacional e/ou internacional.

Para materiais bibliográficos do grupo de monografias ou trabalhos de conclusão de curso, os critérios para os mesmos constituírem-se de materiais de análise foi o de estes pertencerem a instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). De forma complementar, vale ressaltar que a abordagem dos procedimentos atrelados à pesquisa documental teve como material de análise a cartilha do Conselho Federal de Psicologia intitulada “Suicídio e os desafios da Psicologia”.

Com vistas ao estabelecimento de critérios de seleção no que se refere ao conteúdo presente nos materiais, estabeleceu-se que os trabalhos selecionados para análise deveriam conter relações entre as seguintes palavras-chave de busca: luto, suicídio, sobrevivente, família, Psicologia, acolhimento e políticas públicas. Nesse processo de seleção, estiveram envolvidos a busca pelos materiais na plataforma definida, bem como a leitura dos resumos a fim de averiguar se os materiais selecionados condizem com os critérios de relações estabelecidos acima.

Após a efetivação do processo de seleção de materiais pertinentes para a investigação, iniciou-se o processo de análise dos dados. Para tanto, a análise consistiu na leitura completa dos materiais selecionados, bem como no fichamento dos elementos textuais presentes nas obras que se caracterizaram como pertinentes – diante do olhar crítico de leitura – relativos à área da Psicologia e possíveis políticas públicas frente ao fenômeno do luto em decorrência de suicídio. Para a apresentação dos resultados, os dados obtidos foram organizados e expostos por meio da estruturação de subseções

com o título do respectivo material analisado, as quais elencam as especificidades pertinentes de cada um deles, no que concerne à forma que a Psicologia tem abordado a temática do luto decorrente do suicídio no que se refere às possíveis abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes enlutados. No caso destas especificidades (subtemas) estiverem ausentes em determinados materiais, o fato será evidenciado e justificado como ausente devido à sua não abordagem na respectiva subseção. As conclusões acerca de tais especificidades referentes ao tema, foram dispostas na seção de Considerações Finais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

SUICÍDIO E OS DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA

Este material consiste em uma cartilha desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia e publicada no ano de 2013, cujo intuito foi o de “chamar atenção para uma situação que retira a vida de milhões de pessoas em todo mundo e que pode ser evitada, especialmente por meio do apoio psicológico para os que atentam contra a própria vida e para aqueles que vivenciam o luto da perda” (CFP, 2013).

No que concerne ao luto decorrente do suicídio o material se posiciona afirmando que lidar, acolher, trabalhar com o luto da família é importante não apenas para o acolhimento dos mesmos na superação deste momento difícil, mas, inclusive, para a própria prevenção do suicídio. Na cartilha, se elenca que a atenção ao luto dos sobreviventes deve preconizar:

Uma atitude extremamente acolhedora, uma atitude em que todos esses enlutados – seja a família, seja outro tipo de grupo (como escolares), seja um indivíduo - possam falar, possam compartilhar os seus sentimentos e possam se sentir seguros de que não serão julgados. [...] Deve ser um espaço e um tempo em que seja permitida uma comunicação aberta, sincera, a fim de que esses enlutados possam dar significado a sua perda e possam prosseguir vivendo (CPF, 2013, p. 63).

A concepção supracitada é valorizada sobretudo na ação do Psicólogo, que tem como papel fundamental compreender os comportamentos e funções mentais do ser humano, incluindo a implicação dos seus sentimentos. Nesse sentido, na situação do suicídio, a cartilha aborda que o psicólogo deve, em todos os casos, “primeiramente acolher a dor, o sofrimento, a queixa do paciente por meio de uma escuta atenta e interessada, sem julgamentos ou expectativas” (CPF, 2013, p. 38), de modo que isso é

válido para a pessoa que decide pela morte (intenção do suicídio) ou para os enlutados após o ato. Nesse sentido, o documento recomenda que, para que o psicólogo possa enfrentar os desafios clínicos com esses pacientes, é preciso ter:

Â-N-I-M-O é uma sigla que traz em si as letras que direcionam nosso trabalho: (A) de atenção: [...] O psicólogo deve estar atento, ser ativo, atuante. (N) de neutralidade: diante do que se escuta, e isto quer dizer ouvi-lo sem críticas ou julgamentos, não significa passividade. (I) de interesse: que é uma das principais características do nosso trabalho. [...] E, por fim, precisamos ter (MO) de motivação, aquela dose de entusiasmo necessária para sustentar o trabalho com essa clínica. Uma clínica em que precisamos ser pacientes para suportar sem pressa ou expectativas, o tempo do paciente. [...] com a equipe e a família proponho PIC, (P) de parceria, (I) de informação e (C) de coragem. Portanto, ÂNIMO e PIC são ingredientes que não podem faltar no trabalho conjunto para fazer frente, desafiar, prevenir o suicídio (CPF, 2013, p. 38-39).

No que concerne às políticas públicas que envolvem o suicídio e o luto decorrente deste ato, o material enfatiza que a saúde pública tem um papel fundamental, uma vez que deve se preparar para “acolher esse tipo de sofrimento e oferecer várias modalidades de atenção, de cuidado, como, por exemplo, a formação de grupos de enlutados” (CPF, 2013, p. 63), de modo que estratégias da Saúde da Família são fundamentais na vigilância, controle, prevenção do suicídio e acompanhamento dos enlutados.

Neste ponto cabe ressaltar que em termos do comportamento suicida temos apenas as Diretrizes Nacionais de Prevenção do Suicídio – MS, 2006 e em 2019, por meio da lei 13.819/19, o governo Federal instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio a ser implementada pela União, em colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal. Além disso, a lei 13.968/19 criminalizou a indução a automutilação, alterando e ampliando a redação original do artigo 122 do Código Penal.

Por fim, além das políticas referentes à saúde pública, na qual os profissionais devem ser preparados para esse tipo de cuidado, a cartilha enfatiza que os profissionais da educação e o contexto escolar também têm um papel fundamental nessa questão: “ações nesses ambientes, no ambiente do trabalho, podem oferecer esse tipo de acolhimento e suporte” (CPF, 2013, p. 64). Isso pois, é preciso desenvolver habilidades nas pessoas desde muito cedo para enfrentar frustrações e adversidades, sobretudo tendo em vista o contexto da morte, que se faz presente no âmbito da vida, de modo que pensar e refletir no sofrimento decorrente da morte, trata-se de pensar na vida (CPF, 2013, p. 64).

SUICÍDIO: PECULIARIDADES DO LUTO DAS FAMÍLIAS SOBREVIVENTES E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Este artigo possui autoria de Rocha e Lima (2019) e foi publicado no periódico *Psicologia Clínica*, com o objetivo de “refletir sobre a especificidade da vivência e elaboração do luto dos familiares sobreviventes ao suicídio” (p. 326). As autoras elencam o suicídio como causador de grande sofrimento, exigindo dos sobreviventes muita energia psíquica para elaborar o luto, o que necessita suporte especializado. Esse suporte, desempenhado por psicólogos e outros profissionais da saúde mental, como os psiquiatras, é chamado de *posvenção*, consistindo em “ações direcionadas aos sobreviventes que tenham por objetivo evitar novas tentativas de suicídio” (ROCHA; LIMA, 2019, p. 337).

Dessa forma, em síntese, as autoras tratam acerca da atuação do psicólogo no luto decorrente pelo suicídio como um processo de “identificação e valorização dos fatores de proteção disponíveis aos indivíduos (ROCHA; LIMA, 2019, p. 337-338), de modo que o grupo de apoio é a primeira intervenção adequada, pois possibilita a interação do enlutado com outros sobreviventes”.

Para as autoras, o psicólogo deve direcionar sua intervenção prestando atendimento psicoterápico individual ao sujeito enlutado, ofertando grupos de apoio para o contexto familiar e, de forma comunitária, além dos grupos de apoio, podem atuar na divulgação de informações, grupos de apoio e na efetivação de ações sobre o suicídio e suas implicações na vida dos sobreviventes. Assim, a atuação do psicólogo e demais profissionais da saúde deve fomentar reflexões acerca de “recursos e estratégias de reconciliação (tanto entre os familiares, quanto destes com o falecido) e de enfrentamento” (ROCHA; LIMA, 2019, p. 339). De modo geral, as autoras sintetizam as modalidades de atuação do psicólogo no processo de luto dos sobreviventes, citando Fukumitsu e Kovács (2015):

Atendimentos em psicoterapia individual ou em grupo; aconselhamento psicológico; trabalho psicoeducativo, informando os sinais de alerta e fatores de risco predisponentes e precipitantes, bem como incentivando trabalhos de prevenção ao suicídio; formação de profissionais para habilitá-los a lidar com situações de crise; palestras e eventos sobre a temática do suicídio e sua prevenção; cursos para apresentar subsídios para novas formas de enfrentamento; e grupos de luto aos sobreviventes. (FUKUMITSU; KOVÁCS, 2015, p. 44- 45)

No que se refere às políticas públicas, Rocha e Lima (2019) apenas destacam a necessidade de se impulsionar pesquisas e ações que ofereçam esclarecimentos com vistas a motivar a construção de políticas públicas que auxiliem os enlutados que perderam um ente querido por suicídio.

SITUAÇÕES DE SUICÍDIO: ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JUNTO A PAIS ENLUTADOS

Este artigo possui autoria de Feijoo (2021) e foi publicado no periódico Psicologia em estudo, com o objetivo de “defender que a formação em psicologia pode favorecer conhecimentos e experiências diferenciados de outros saberes” (p. 1), bem como “promover estudos sobre a possibilidade de uma clínica psicológica voltada para os sobreviventes enlutados pelo suicídio, mais especificamente aos pais” (p. 3).

A autora destaca que, dentre os sobreviventes do luto, os pais são os mais afetados, e “é surpreendente a expressão de dor destes frente ao suicídio dos filhos” (FEIJOO, 2021, p. 4), o que, muitas vezes, acarreta no desejo destes sobreviventes em também cometerem suicídio, uma vez que se sentem culpados, ressentidos, solitários, fracassados e que perderam o sentido de suas vidas.

No que se refere a atuação do psicólogo junto a esses pais enlutados, o posicionamento da autora converge para a importância do preparo, formação e cuidado de profissionais para o exercício da clínica psicológica com esses pacientes. Assim, na atuação do psicólogo na clínica psicológica, segundo Feijoo (2021), cabe a este profissional:

Estar próximo ao enlutado, pacientemente, aguardando o seu pensar, em voz alta, a sua dor. Pais enlutados falam da falta, saudade, amputação e vulnerabilidade. O psicólogo, então, sustenta o espaço da dor para que essa possa se mostrar em toda sua potência. E, assim, o enlutado ao se perceber compreendido possa ver que dispõe de um espaço para compartilhar a sua dor. A relação clínica sustenta a possibilidade de um poder-querer que se faz escuta e obediência. [...] nas situações clínicas com pais enlutados, a atitude do psicólogo requer a conquista do poder estar em paciência para que a própria paciência possa ser apropriada pelos pais (FEIJOO, 2021, p. 9).

A autora conclui defendendo a atitude clínica dentro de uma perspectiva fenomenológico- existencial, propondo uma prática psicológica que vá além do que é apresentado nos manuais, para que se possa acompanhar a “experiência do luto sem jargões, simbolismos ou como algo anormal, de modo que o profissional adote e sustente uma postura serena e paciente frente ao que o sobrevivente tem a dizer” (FEIJOO, 2021).

p. 11). No que concerne especificamente às políticas públicas adotadas para apoio psicológico dos pais (ou demais sobreviventes) enlutados, o material é caracterizado pela ausência desta colocação.

O IMPACTO PSICOSSOCIAL DO SUICÍDIO NOS FAMÍLIARES SOBREVIVENTES

Este artigo possui autoria de Oliveira e Faria (2019) e foi publicado no periódico *Cadernos de Psicologia*, tendo por objetivo “entender o impacto psicossocial do suicídio nos familiares enlutados [...] e investigar as formas de enfrentamento dos mesmos e, por fim, compreender a posvenção, ou seja, às estratégias de cuidado fornecidas aos sobreviventes enlutados pelo suicídio” (p. 536).

As autoras apontam o suicídio como causador de um luto complicado que, muitas vezes, trazem consequências que impactam no ambiente familiar, de modo que “os enlutados precisam passar por uma reorganização da estrutura e das relações familiares” (OLIVEIRA; FARIA, 2019. p. 547). As autoras ainda apontam para a necessidade de acolhimento perante a este sofrimento, por meio de estratégias de posvenção (intervenção posterior à morte por suicídio) que visem amenizar os impactos deixados aos sobreviventes. Contudo, um problema relatado pelas autoras neste material é que muitos enlutados afirmam não saber da existência de programas de ajuda, ou mesmo que estes são inexistentes ou insuficientes em determinadas regiões do país, o que corrobora com grandes índices de uso de medicação e/ou decorrências de novos suicídios por parte dos enlutados.

Oliveira e Faria (2019) defendem medidas de apoio como a terapia em grupo e a terapia individual, uma vez que estas possibilitam benefícios significativos para os enlutados no que se refere a autoajuda ou grupo de apoio terapêutico. Este tipo de medida, segundo as autoras com base em relatos de pacientes, possibilita aos enlutados maiores capacidades de lidar com os problemas e aprender a conhecer sua condição diante do luto (OLIVEIRA; FARIA, 2019).

No que se refere à adoção de ações comunitárias voltadas para o apoio ao luto dos sobreviventes, as autoras mencionam que a ABEPS realizou em 2016 o I Encontro de Sobreviventes do Suicídio, e que a próxima etapa almejada é a criação de uma Associação Brasileira de Sobreviventes do Suicídio, com vistas a fortalecer medidas que possibilitem

mudanças no apoio aos enlutados, uma vez que sua dor muitas vezes é banalizada. Já em relação às políticas públicas, Oliveira e Faria (2019) destacam que estas ainda são carentes aos enlutados, e medidas como as da ABEPS incluem-se em ações atreladas ao tipo de Organização Não Governamental, de modo que “o fato de ser uma ONG permite questionar sobre o quanto as ações relacionadas à temática do suicídio ainda precisam ser trabalhadas e firmadas via política pública” (OLIVEIRA; FARIA, 2019, p. 550).

GRUPO DE APOIO AOS ENLUTADOS PELO SUICÍDIO: UMA EXPERIÊNCIA DE POSVENÇÃO E SUPORTE SOCIAL

Este artigo possui autoria de Scavacini, Cornejo e Cescon (2019) e foi publicado no periódico Revista M. – Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, com o objetivo de “apresentar um relato de experiência de posvenção do suicídio com o Grupo de Apoio aos Enlutados pelo Suicídio, abordando a importância deste espaço para a promoção de um suporte social que habitualmente é frágil ou inexistente no processo de luto destes sobreviventes por suicídio” (p. 201).

As autoras discorrem que o suicídio é um tipo de morte diferente das outras, e aqueles que são deixados (os sobreviventes) enfrentam uma dor sem igual. Ainda, apresentam que luto pelo suicídio é marcado por tabus e estigmas que implicam em uma dificuldade na simbolização da perda. Como alternativa, postulam a estratégia de grupos de apoio como posvenção aos enlutados por suicídio, podem variar quanto ao tipo, frequência, forma, participantes e etc. (Scavacini, Cornejo e Cescon, 2019):

Quanto ao tipo, os grupos podem ser coordenados por profissionais da área da saúde; por sobreviventes enlutados; por voluntários; ou por ambos: profissionais e sobreviventes. No que concerne à forma, os grupos podem ser abertos, permitindo a participação de novos membros ao longo dos encontros ou fechados, restringindo a participação de novos membros após os três primeiros encontros. Com relação à frequência, pode ser estabelecido um número total de encontros previamente, ou funcionar sem limite de encontros. Por fim, com relação aos participantes, é frequente a presença de pessoas com vínculos familiares e consanguíneos com o falecido, amigos próximos e profissionais enlutados (SCAVACINI; CORNEJO; CESCO, 2019, p. 207).

No artigo, as autoras relatam a experiência com o Grupo de Apoio aos Enlutados do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio, fundado em 2014. Com a experiência do grupo, Scavacini, Cornejo e Cescon (2019) afirmam que os temas e sentimentos que são mais abordados pelos enlutados no grupo são: culpa, busca do porquê, raiva, tristeza, desespero, busca de informações sobre o comportamento suicida, dúvidas

sobre o processo de luto, ter ou não direito de ser feliz novamente, como transformar a dor em saudade, vontade de morrer por suicídio, etc.

Dentre os desafios e dificuldades encontrados neste tipo de medida de apoio e acolhimento ao enlutado, Scavacini, Cornejo e Cescon (2019) mencionam que os principais se relacionam “ao processo de facilitação de um grupo de apoio e ao apoio social recebido pelos membros”, bem como devido à “escassez atualmente, tanto no apoio social para os enlutados pelo suicídio quanto no que concerne à formação para facilitadores de grupo de apoio” (p. 211).

No que se refere às políticas públicas, as autoras enfatizam que os desafios encontrados denunciam a falha de suporte social aos enlutados por suicídio, complicando ainda mais o processo de luto. Ademais, afirmam que “ainda há um muito trabalho para a ampliação deste tipo de cuidado, principalmente no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas” (SCAVACINI, CORNEJO, CESCÓN, 2019, p. 212).

SUICÍDIO: O LUTO DOS SOBREVIVENTES

Este material consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso em Formação em Aconselhamento Psicológico para o Luto da Universidade de Caxias do Sul – RS. Possui autoria de Osmarin (2015) e teve como objetivo abordar “o processo de luto decorrente de perdas por suicídio e algumas das intervenções psicológicas junto aos enlutados” (p. 1).

A autora destaca o luto decorrente do suicídio como especial, uma vez que há uma estigmatização que acrescenta ainda mais estresse ao processo de luto dos sobreviventes. No que se refere ao tratamento das famílias enlutadas, a autora afirma que o impacto de ser sobrevivente deve ser necessariamente trabalhado, e ressalta a importância do papel do psicólogo na saúde pública, no que concerne ao luto por suicídio. Contudo, ainda destaca que este acolhimento, não necessariamente precisa ser feito apenas pelos psicólogos, mas em conjunto com outros profissionais da saúde e educação, além da própria comunidade, amigos e familiares (OSMARIN, 2015).

A atenção ao luto dos sobreviventes deve preconizar uma atitude extremamente acolhedora, em que todos os enlutados possam falar, compartilhar os seus sentimentos e sentirem-se seguros de que não serão julgados. [...] A ajuda para sobrevivente de suicídio inclui suporte, aconselhamento e psicoterapia. O suporte pode ser oferecido em grupo, em casal, em família ou individual (OSMARIN, 2015, p. 9).

No que se refere às políticas públicas, a autora denota a escassez nesta abordagem e enfatiza a importância de o psicólogo batalhar por políticas públicas que estejam atentas ao fenômeno pelo suicídio, não apenas ao indivíduo intencionado a tirar a própria vida, mas a todas as pessoas a sua volta, sobretudo no caso de enlutados próximos, como a família (OSMARIN, 2015).

AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS E SOCIAIS DO SUICÍDIO NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS SOBREVIVENTES ENLUTADOS

Este material consiste em uma monografia apresentada ao curso de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO – UniFAMETRO, de autoria de Jorge (2020), cujo objetivo foi o de “analisar as repercussões sociais e psicológicas do suicídio nas subjetividades dos sobreviventes enlutados” (p. 7). A autora elenca o suicídio como um fenômeno de saúde pública, o qual geram sobreviventes enlutados que são atravessados por consequências sociais e psicológicas significativas, o que direciona à necessidade de se promover estratégias de cuidado para com estes sujeitos. Dentre tais estratégias, a autora menciona que os enlutados geralmente buscam por “suporte social (através de vínculos interpessoais), apoio religioso e focalização na emoção e no problema (esforços do enlutado para ressignificar sua relação com o evento e para controlar suas emoções mediante o mesmo)” (JORGE, 2020, p. 42).

O apoio destes sobreviventes enlutados por parte de profissionais da área da saúde é apoiado pela autora, de modo que a mesma considera que a “a psicoterapia se inscreve no contexto do enlutamento por suicídio como uma ferramenta de enfrentamento e cuidado” no que concerne à sua posvenção (JORGE, 2020 p. 41).

Durante a vivência de luto por suicídio dos familiares, a psicoterapia demonstrou ser uma das estratégias de cuidado eficazes, apesar de que muitos não a procuram no momento imediato a perda ou optam por outras formas de auxílio e facilitação deste processo, como a religião, os grupos e apoio aos sobreviventes, uma carreira profissional relacionada a sua experiência ou fortalecimento entre os próprios membros da família enlutada (JORGE, 2020, p. 59).

No que concerne às políticas públicas, Jorge (2020) pontua que, no Brasil, as ações governamentais para auxiliar os enlutados por suicídio “concentram-se nos Centros de Atenção Psicossociais, nas Unidades Básicas de Saúde (Saúde de Família, Postos e Centros de Saúde), Emergências, Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), Prontos Socorros e Hospitais” (p. 42). Contudo, que ONG’S também realizam trabalhos de

acolhimento a este público, tais como “o Centro de Valorização da Vida (CVV), atuante em todo o território nacional, Instituto Vita Allere (São Paulo - SP) e o Instituto Bia Dote (Fortaleza – CE), dentre outras, que dispõem de profissionais e ações que visam prevenção, intervenção e posvenção ao suicídio” (p. 42).

Prevenção e posvenção do suicídio: cuidados que os serviços de saúde oferecem aos enlutados por suicídio:

Este material consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com autoria de Betti (2020), cujo objetivo foi o de “entender se e como os familiares que perdem um ente querido por suicídio recebem algum tipo de cuidado nos Centros de Atenção Psicossocial” (p. 4).

A autora discorre sobre o suicídio com um fenômeno multifatorial e destaca que entre dos fatores de risco, inclui-se ter um familiar que já cometeu suicídio, uma vez que pessoas que perderam alguém para o suicídio sofrem intensamente com esse tipo de morte, de modo que o sentimento de culpa dos enlutados sobreviventes pode gerar a ocorrência de novos suicídios. A autora destaca que, por isso, é de suma importância a ação da posvenção por meio do desempenho do papel do psicólogo, que visa “trabalhar as questões de onipotência do enlutado, demonstrando a este que não é possível ter o controle de tudo, muito menos das decisões de outra pessoa, fortificando-o a continuar buscando sentido para sua vida mesmo sem a presença de seu familiar” (BETTI, 2020, p. 7).

Ademais, a autora destaca que, desde a reforma psiquiátrica e criação do SUS, a saúde mental recebeu diversas mudanças, caracterizadas por serem políticas públicas que têm um papel muito importante nos processos de prevenção e posvenção do suicídio, tais como:

a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta inicialmente pelos seguintes serviços: Unidades de atenção básica (Unidades básicas de Saúde, Estratégia de Saúde da Família e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família); psicossocial (CAPS em geral); unidades de urgência e emergência (SAMU e Unidades de Pronto Atendimento); hospitais e estratégias de desinstitucionalização e de reabilitação, que juntos formam uma rede de apoio interligados que contribuem no cuidado e atenção à saúde psicológica e mental da população. (BRASIL, 2012, apud. BETTI, 2020 p. 23).

A autora elenca que, como manejo de posvenção do luto decorrente por suicídio, sugere-se que o psicólogo atue por meio do acolhimento, aconselhamento, psicoterapia e conscientização sobre a temática, sempre levando em consideração a subjetividade de cada indivíduo e sua totalidade (SCAVACINI, 2018, apud. BETTI, 2020). Por fim, a

autora também frisa que “o manejo do suicídio não é exclusivo do psicólogo e do psiquiatra, todos dentro da equipe podem e devem acolher essa demanda, pois a ideação suicida jamais deve ser ignorada por nenhum profissional de saúde” (BETTI, 2020, p. 32).

POSVENÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA SUICÍDIO

Este artigo possui autoria de Fukumitsu et al. (2015) e foi publicado no periódico Revista Brasileira de Psicologia, tendo como objetivo “apresentar reflexões sobre cuidados, intervenções e estratégias da posvenção no Brasil” (p. 48).

Os autores abarcam o suicídio como um fenômeno que não se deve pensar isoladamente, de modo que pode finalizar o sofrimento de quem comete o ato, mas o sofrimento de quem ficou, o sobrevivente enlutado, é iniciado, e reação dos enlutados é marcada por uma ambivalência de sentimentos (FUKUMITSU et al., 2015).

O processo de prevenção e posvenção acerca do tema, é elencado nos resultados dos autores por meio de falas de psicólogos, que, no que concerne aos processos de posvenção, afirmam que a ação do profissional deve ser a de ajuda e aconselhamento, sobretudo em assuntos práticos, informar sobre o que e como são os sentimentos de luto, suporte e assistência por meio de terapia, grupos de ajuda ou outros meios (FUKUMITSU et al., 2015).

No que concerne aos trabalhos e serviços oferecidos, os psicólogos entrevistados elencam a existência de protocolos, programas e portarias atreladas ao Ministério da Saúde, contudo, que pouca coisa é feita por parte dos órgãos governamentais, o que gera um sentimento de frustração. Assim, segundo os profissionais, o que ocorre é um registro de casos, nos quais se realizam telefonemas de incentivo à pessoa para procurar ajuda, não necessariamente com estes profissionais, mas com psicólogos ou psiquiatras das Unidades Básicas de Saúde próximas da residência do paciente. Não se menciona abordagens exemplificadas ou a necessidade de planejamento e efetivação de políticas públicas (FUKUMITSU et al., 2015).

SUICÍDIO: A IMPORTÂNCIA DE NOVOS ESTUDOS DE POSVENÇÃO NO BRASIL

Este artigo possui autoria de Ruckert, Frizzo e Rigoli (2019) e foi publicado no periódico Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, tendo como objetivo “avaliar os

materiais existentes sobre posvenção do suicídio a fim de oferecer uma visão mais ampla de procedimentos e reflexões sobre o que fazer após a morte de um familiar ou paciente e avaliar quais intervenções são mais eficazes com enlutados pelo suicídio” (p. 85).

Os autores tratam do tema como um problema de saúde pública e que os enlutados apresentam diferentes sintomas e formas de manejar o sofrimento, sendo de suma importância que ações de posvenção sejam efetivadas. Estas, segundo os autores, “podem ser operacionalizadas a partir da perspectiva clínica, ou seja, a perspectiva dos profissionais e serviços de saúde mental, e também da perspectiva da saúde pública, com o desenvolvimento de políticas e estratégias gerais para a população” (ANDRIESSEN; KRYSINSKA, 2012, apud. RUCKERT; FRIZZO; RIGOLI, 2019).

Grupos de apoio e autoajuda voltados para os sobreviventes enlutados são reconhecidos pelos autores como estratégias positivas. Como políticas públicas, Ruckert, Frizzo e Rigoli (2019, p. 87) citam o Centro de Valorização da Vida – CVV, que conta com “Grupos de Apoio aos Sobreviventes de Suicídio (CVV GASS) que funcionam em São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Novo Hamburgo (RS), Curitiba (PR) e Cuiabá (MT)”. Além disso, mencionam o Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio, que “ocorrem mensalmente em diferentes cidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, de forma gratuita e sem necessidade de inscrição prévia”.

Contudo, Ruckert, Frizzo e Rigoli (2019) enfatizam que ainda “temos poucos serviços de apoio aos sobreviventes e pesquisas sobre a temática aqui no Brasil, portanto, faz-se necessário promover um espaço de escuta, de acolhimento e de informação para fortalecimento da saúde mental dos enlutados” (p. 85). Ademais, relatam que o processo de luto requer tempo, mas que o papel de profissionais é fundamental nesse processo, por meio de psicoterapia, discussões clínicas, conversas e supervisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da efetivação deste trabalho e dos dados apresentados, foi possível evidenciar alguns aspectos elencados na literatura na área da Psicologia no que se refere às abordagens de acolhimento e/ou políticas públicas de cuidado aos sobreviventes que vivenciam o fenômeno do luto em decorrência de suicídio. Os dez materiais selecionados e analisados atenderam aos requisitos metodológicos propostos, apresentando abordagens acerca do processo de suicídio e, sobretudo, do luto por parte dos sobreviventes,

indicando ações de apoio, acolhimento, o papel do psicólogo e de outros profissionais nesse processo, bem como as principais políticas públicas (ou a necessidade destas) em prol do atendimento de sujeitos enlutados por conta do suicídio.

Conclui-se que os dados apresentados convergem para a importância do apoio, acolhimento e adoção de políticas públicas voltadas aos sobreviventes enlutados por decorrência do suicídio. Isso pois, o luto de sobreviventes que se constituem, sobretudo, de familiares, é acarretado por um tipo de luto complicado, que se desenvolve em um período prolongado de tempo, impedindo que estes prossigam suas atividades e sua vida com qualidade, podendo, inclusive, resultar em uma série de novos suicídios por parte dos enlutados.

Assim, o papel do psicólogo é visto com muita relevância, uma vez que este inclui-se em um grupo especializado de profissionais da saúde, com conhecimentos teórico-práticos pertinentes e relevantes na abordagem clínica, ajudando o indivíduo a ter um espaço para manifestar seus sentimentos e expressar suas angústias, possibilitando a criação e/ou recuperação de sentido existencial frente à experiência de perda e sofrimento promovida pelo luto complicado decorrente do suicídio, impedindo, assim, que novas vidas sejam ceifadas por conta desse tipo de dor.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio: informando para prevenir.** Brasília: CFM/ABP, 2014.

BERENCHTEIN NETTO, N. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2007. 168p.

BETTI, E K. **Prevenção e posvenção do suicídio: cuidados que os serviços de saúde oferecem aos enlutados por suicídio.** 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

[v.2, n.1] Jan./Jun.2021

BRANDÃO, R. **Luto**: o que é, quais os tipos, tratamentos e como superar. 2018. In: Zenklub. Disponível em: <<https://zenklub.com.br/blog/saude-bem-estar/luto/>>. Acesso em 7 abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico**, v.48, n. 30, 2017.

CAVALCANTI, A. K. S; SAMCZUK, M. L.; BONFIM, T. E. O conceito psicanalítico de luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicólogo informação**, v. 17, n. 17, p. 87-105, 2013.

CICOGNA, J. I. R.; HILLESHEIM, D.; HALLAL, A. L. L. C. Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, n. 1, p. 1-7, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

FEIJOO, A. M. L. C. Situações de suicídio: atuação do psicólogo junto a pais enlutados. **Psicologiaem Estudo**, v. 26, p. 1-13, 2021.

FERNANDES, H. **O que é luto e qual a diferença dele para as demais perdas**. 2020. In: Psicologia Viva. Disponível em: <<https://blog.psicologiaviva.com.br/o-que-e-o-luto/>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FIGUEIREDO FILHO. O que dizem os números sobre suicídio no Brasil. **Revista Questão de Ciência**, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

[v.2, n.1] Jan./Jun.2021

FRANCO, M. H. P. Luto: a morte do outro em si. In: Franco, M. H. P. et al. **Vida e morte: laços da existência**, 2ª ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 99-119.

FUKUMITSU, K. O.; ABILIO, C. C. C.; LIMA, C. F. S.; GENNARI, D. M.; PELLEGRINO, J. P.;

PEREIRA, T. L. Posvenção: uma nova perspectiva para o suicídio. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 2, n. 2, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. F. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORGE, D. C. **As implicações psicológicas e sociais do suicídio nos modos de subjetivação dos sobreviventes enlutados**. 72f. Monografia (Psicologia – bacherelado) – Centro Universitário FAMETRO – UniFAMETRO, Fortaleza, 2020.

MANFRINATO, M. G. **Psicologia e DSM**. 2011. Monografia (Curso de aprimoramento: teoria, pesquisa e intervenção em luto). São Paulo: 4 Estações Instituto de Psicologia, 2011.

MARTINS, S. A. R.; LEÃO, M. F. Análise dos fatores envolvidos no processo de luto das famílias nos casos de suicídio. **Revista Mineira de Ciências da Saúde**. Patos de Minas: UNIPAM, p. 123- 135, 2010.

MIRANDA, T. G. **Autópsia psicológica: compreendendo casos de suicídio e o impacto da perda**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

OLIVEIRA, L. M.; FARIA, H. M. C. O impacto psicossocial do suicídio nos familiares sobreviventes. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 536-555, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**.Geneva: WHO. Organização Mundial da Saúde, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenir o suicídio: um imperativo global**.Geneva: WHO. Organização Mundial da Saúde, 2014.

OSMARIN, V. M. **Suicídio: o luto dos sobreviventes**. 2015. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso(Formação em Aconselhamento Psicológico para o Luto) – Universidade de Caxias do Sul – RS, Caxias do Sul, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas dapesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUCKERT, M. L. T.; FRIZZO, R. P.; RIGOLI, M. M. Suicídio: a importância de novos estudos deposvenção no Brasil. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 15, n. 2, 2019.

ROCHA P. G.; LIMA, D. M. A. Suicídio: peculiaridades do luto das famílias sobreviventes e atuação do psicólogo. **Psicologia Clínica**. v. 31, n. 2, p. 323-344, 2019.

SANTANA, A. L. **Suicídio**. [s.d]. In: Infoescola. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/sociologia/suicidio/>>. Acesso em 7 abr. 2021.

SCAVACINI, K.; CORNEJO, E. R.; CESCION, L. F. Grupo de apoio aos enlutados pelo suicídio: uma experiência de posvenção e suporte social. **Revista M. estudos sobre a morte, os mortos e omorrer**, v. 4, n. 7, p. 201-214, 2019.

SEBASTIÃO, M. A. S. S. **Vida depois da morte: Narrativas da experiência de perda de um familiar por suicídio** (Dissertação de mestrado em Psicologia – Escola de Ciências Sociais). Évora:Universidade de Évora, 2017.

[v.2, n.1] Jan./Jun.2021

TAVARES, M. S. A. Capítulo IV. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP. Brasília: CFP, 2013, p. 45-58.

WERLANG, B. S. G.; BORGES, V. R.; FENSTERSEIFER, L. Fatores de Risco ou Proteção para a Presença de Ideação Suicida na Adolescência. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 39, n. 2, p. 259-266, 2005.

WERLANG, B. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. Parte 1. Capítulo 2. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP, 2013.